

Poderoso grito de revolta afirma continuação da luta

22-Mar-2012

ADMINISTRAÇÃO LOCAL PARALISADA Mais de 80 por cento dos trabalhadores da Administração Local e Regional, sector empresarial local e bombeiros aderiram à greve geral da CGTP-IN, transformando esta jornada de luta num poderoso grito de revolta contra as políticas de austeridade do governo. A mobilização massiva dos trabalhadores dá-nos ânimo para continuar o combate pelos salários, pelos direitos, pelo emprego, pelos serviços públicos e pela democracia em Portugal, combate que vai ser intensificado caso o governo não abandone os caminhos da injustiça e da imoralidade quem tem vindo a trilhar.

É utilizada repressiva completamente desadequadas das forças policiais e ao discurso de dramatização do Governo os trabalhadores responderam com determinação, unidade e espírito combativo, porque é pelo combate que se exige respeito pelos direitos, porque lutando que enfrentamos a política imoral e injusta do actual governo de Passos Coelho e Paulo Portas, porque é em unidade e com determinação que vamos continuar a exigir uma mudança de rumo no país, o fim da exploração e do empobrecimento.

O STAL soma os milhares de trabalhadores das mais diversificadas áreas que compõem a Administração Local e Regional, incluindo o sector empresarial local e os bombeiros, que mesmo nas condições difíceis que a generalidade do povo português atravessa souberam transformar esta greve geral numa poderosa jornada de protesto e de combate.

A luta vai continuar já no próximo dia 31 de Março nas manifestações da Interjovem e contra o encerramento de freguesias, em Abril com uma grande jornada de protesto promovida pelo STAL, nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, nos locais de trabalho e nas ruas, seja no âmbito de acções específicas promovidas pelo sindicato seja no plano da CGTP-IN e da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Administração Local paralisada

A higiene urbana constitui uma das faces mais visíveis dos impactos desta greve, sobretudo pela inexistência de recolha de lixo e varredura de ruas na maior parte das cidades do país.

Mas a greve fez-se sentir também fortemente em serviços como jardins, água e saneamento, transportes urbanos municipais e escolares, creches e jardins de infância, atendimento ao público, oficinas, brigadas de arruamentos e bombeiros (municipais, sapadores e associações humanitárias).

Embora com menos visibilidade imediata, os serviços técnicos e administrativos foram também fortemente afectados, tendo inúmeras secções em todo o país registado uma adesão total dos trabalhadores.

Os trabalhadores das juntas de freguesia tiveram nesta greve motivo duplo para paralisarem, pois ao combate pelos direitos, os salários e o emprego aliaram a luta contra a proposta governamental de reforma administrativa territorial e a consequente extinção de mil e quinhentas freguesias. A

Com várias acções diversas a greve não fica na generalidade aquém das últimas jornadas de luta levadas a cabo no plano sectorial e central, particularmente a greve geral de 24 de Novembro, realidade que deixa transparecer o forte

sentimento de revolta que se vive hoje em toda a Administração Local e Regional face às políticas de austeridade que o governo tem vindo a levar a cabo, sentimento que se materializa numa clara disponibilidade para a intensificação do processo reivindicativo.

O STAL não pode deixar de lembrar uma enorme massa de trabalhadores que pelas mais variadas razões não puderam estar fisicamente na greve, seja pelas enormes dificuldades económicas que hoje sentem (vale a pena frisar que na Administração Local cerca de vinte por cento dos trabalhadores auferem apenas o salário mínimo nacional) seja pela vergonhosa situação de precariedade em que se encontram (a par dos recibos verdes, crescem no sector situações de ocupação temporária de emprego, recurso a desempregados, etc.).

Repressão em Oeiras e Braga

A acção da PSP contra piquetes de greve é uma realidade que se vem verificando sucessivamente.

Desta feita um contingente da PSP composto por dois carros e uma carrinha do corpo de intervenção compareceram nas oficinas da Câmara Municipal de Oeiras perto das 22.00 horas de ontem, uma hora antes do início da jornada de trabalho dos serviços de recolha de resíduos daquela autarquia, procedimento que repetiu no turno diurno (seis da manhã).

O contingente policial, que se deslocou às instalações camarárias a mando da autarquia local sem que se tivessem registado quaisquer problemas ou algum facto o indicasse, agiu de forma repressiva contra o piquete de greve e impediu os seus elementos de exercer o legítimo direito de diálogo com os trabalhadores, forçando a saída de viaturas de recolha a coberto de um aparato intimidatório inadmissível.

O STAL protestou já contra esta acção ilegítima da PSP junto do seu comando e dos órgãos de soberania nacional, questionando a sua actuação a mando da autarquia, como verdadeira guarda pretoriana do poder político, sem qualquer respeito pela lei e pela Constituição da República Portuguesa.

Trata-se, para o sindicato, de uma acção que não pode deixar de ser associada aos crescentes tiques de arrogância que se vão notando nas hostes governativas, desnudando uma maioria PSD/CDS-PP que não tendo qualquer justificação racional para as políticas destrutivas que vem prosseguindo não se coíbe de, a exemplo de tempos de má memória, se servir das forças policiais e usar da razão da força para coagir trabalhadores e impedir o seu legítimo protesto.

Também em Braga a PSP interveio contra o piquete de greve na AGERE (empresa municipal de água, saneamento e resíduos sólidos), aparentemente sem que alguém tivesse solicitado a sua presença e sem que se tivessem registado quaisquer conflitos.

Continuar a luta

Foram muitas as razões que levaram os trabalhadores a aderir a esta greve geral: retirada de direitos, roubo nos subsídios de férias e de Natal, congelamento dos salários, degradação do poder de compra, redução de trabalhadores, extinção de freguesias, bloqueios à contratação colectiva e destruição de serviços públicos constituem apenas alguns dos principais motivos.

O STAL considera inadmissível a insistência de uma política de penalização dos trabalhadores e de impunidade dos principais responsáveis pelos problemas económicos que o país atravessa, particularmente o grande capital financeiro, pelo que esta greve não constitui um ponto de chegada mas sim mais um passo no combate que tem vindo a ser travado e vai continuar caso não se verifiquem alterações substanciais no rumo que o governo tem vindo a prosseguir.

Para além da luta contra os roubos nos salários e nos subsídios de férias e de Natal, o STAL considera como especialmente preocupantes e motivadoras da intensificação do processo reivindicativo dos trabalhadores as intenções governamentais de transformar em definitivas as medidas redutoras do pagamento do trabalho extraordinário e do descanso compensatório, de impor o banco de horas e de pretender aplicar a mobilidade geográfica sem restrições nem incentivos.

Entretanto o sindicato saudou já a manifestação de freguesias convocada para o próximo dia 31 de Março e tem vindo a empenhar-se na mobilização dos trabalhadores para esta jornada de luta contra os objectivos governamentais de destruição do Poder Local Democrático, particularmente contra a redução de trabalhadores e a extinção de cerca de mil e quinhentas freguesias.

O combate vai no entanto continuar em todas as frentes, seja no plano da acção reivindicativa local e sectorial, seja no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN.

Nesse sentido o STAL tem vindo a discutir a realização de uma grande jornada de luta do sector para o próximo mês de Abril e insere desde já no plano de acção reivindicativa dos trabalhadores do sector uma forte participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, datas que serão seguramente transformadas em momentos de luta pelos direitos, pelos salários, pelo emprego, pelos serviços públicos e pela democracia, bem como a manifestação nacional da juventude trabalhadora no próximo dia 31 de Março.

À 22-03-2012 - Greve Geral - Dados de adesão - 17h30 (233.06 kB)